



Como as Entidades Públicas Promovem o Abandono da Vila Alta

Devido a condicionantes de espaço, dificuldades de acesso, e falta de capacidade das entidades municipais para lidar com o problema, abandonaram a Vila Alta nos últimos 20 anos o Tribunal, os Cartórios do Registo Civil e do Registo Criminal, a Conservatória Predial, o Cartório Notarial, e inúmeros gabinetes de advogados e solicitadores que gravitam em torno destes serviços; os Correios e, finalmente, o Centro de Saúde. Até o cemitério foi levado para longe daqui.

Como se já não bastasse este esvaziamento de serviços públicos imposto à Vila Alta, a Câmara ameaça há anos levar daqui o Museu Municipal, sem que seja conhecida qualquer proposta alternativa para o edifício.

A ameaça mais recente é a de retirar a GNR para novas instalações, sem que, mais uma vez, seja conhecida qualquer proposta alternativa para o edifício que ocupa na Vila Alta, sendo porventura mais um que irá ficar ao abandono e à mercê da degradação. A decisão noticiada contém um elemento adicional de controvérsia: o conceito de policiamento de proximidade é sempre invocado quando se fala de segurança, mas neste caso querem retirar a GNR de dentro da Vila e instalá-la em terra de ninguém, fora de qualquer dos dois aglomerados mais populosos do concelho.

Construir de novo em vez de reabilitar, tem sido a preferência dos últimos 40 anos que se constituiu num desastre de dimensões épicas que pagamos dolorosamente. Expor ao abandono núcleos urbanos consolidados como a Vila Alta, e construir sem olhar a necessidades, tem sido a regra urbanística praticada nas regiões mais prósperas do país, que em Alenquer foi seguida com zelo, e que, pelos vistos, continua inalterada. Não admira que no centro histórico de Alenquer, como nos núcleos mais antigos das aldeias do concelho, proliferem tantas casas abandonadas, casas cujo futuro que se adivinha é a continuação da degradação até que finalmente se transformem em moroiços de pedras.

Segundo um estudo da Confederação Industrial de Portugal (CIP) citado pelo Económico em 2010, apenas 6,2% das obras de construção em Portugal eram de reabilitação, enquanto na Alemanha 32% das obras eram de reabilitação urbana.

Jorge Moreira da Silva, Ministro do Ambiente e Ordenamento, na apresentação do pacote legislativo do Governo para a reabilitação, no final de Junho, dizia que “Portugal deve passar dos 10% de volume de negócios na reabilitação urbana para 17% em 2020 e para 23% em 2030”, acrescentando que os números estão muito aquém dos verificados na União Europeia, onde a média é de 37%. Não é a primeira vez que são anunciadas medidas deste género, sempre com alcance muito limitado.

O município de Alenquer também anunciou um Plano de Reabilitação para a Vila Alta, que pelos vistos não passa de um manifesto de boas intenções para sugerir aos outros.

Na verdade as opções urbanísticas que nos últimos 40 anos predominaram nos concelhos mais prósperos de Portugal, aqueles onde na realidade existiu expansão urbana, foram de incentivar a construção nova e permitir que os empreendedores imobiliários fizessem tudo o que queriam, sem ter em conta a sustentabilidade dos núcleos urbanos consolidados, a valorização do património urbano edificado ou do património histórico, sequer a valorização turística do território, as

necessidades de habitação, os custos com infra-estruturas, ou o interesse dos consumidores. Conceitos básicos do ordenamento do território como a defesa do interesse público, o custo com a construção e manutenção de redes, foram inteiramente desprezados. Foram décadas de pressão especulativa sobre bons solos agrícolas e florestais em que se desenvolveu uma bolha especulativa com que foram feitas fortunas fáceis, sobre as quais o tráfico de influências pairou muitas vezes como suspeição. A maior ameaça enfrentada nestes anos pela Reserva Agrícola e pela Reserva Ecológica Nacional, os solos indispensáveis à nossa segurança alimentar, e as zonas de preservação da rede ecológica nacional, foram os ataques especulativos promovidos pelos interesses imobiliários que se desenvolveram neste caldo de cultura.

Alenquer não foi exceção a esta regra. Por todo o concelho existem centenas, senão milhares, de apartamentos novos e vivendas por vender, que nunca irão ser vendidos, e com os quais ninguém sabe o que fazer. Só no eixo Alenquer Carregado contamos as urbanizações das Fontainhas, a Horta D'El Rei, da Quinta do Brandão, Horta dos Vimes, entre outras. Mas o fenómeno atingiu outras zonas do concelho, como Abridada; Olhalvo, Merceana, e mesmo algumas pequenas aldeias e zonas isoladas. Referimo-nos apenas a apartamentos e vivendas chave-na-mão, porque se contabilizarmos urbanizações licenciadas e com infra-estruturas construídas, mas ao abandono, então o número de novos fogos licenciados em Alenquer será certamente de alguns milhares. Só mesmo a Câmara Municipal poderá fazer essa contabilidade.

E enquanto eram construídas de novo as casas de que se necessitava e sobretudo as de que não se necessitava, os núcleos urbanos antigos iam ficando abandonados e à mercê da degradação, fenómeno que atingiu também o centro histórico de Alenquer, em particular a Vila Alta. É assim que hoje convivem no nosso concelho dois problemas em paralelo com a mesma raiz comum. Urbanizações novas, algumas vezes com custos para o município na construção de infra-estruturas ou até no consumo de energia eléctrica para iluminação, dezenas de prédios de apartamentos e de vivendas sem moradores, que um dia vão começar a degradar-se, vivendas isoladas, inacabadas ou já em degradação. Em paralelo, nos núcleos mais antigos a proliferação de casas abandonadas é uma situação preocupante, e por vezes mesmo ameaçadora para a integridade física dos passantes

Depois de todos os erros que foram cometidos no domínio do urbanismo, que tanto custaram ao país em termos de dispêndio económico, endividamento financeiro externo, e pressão sobre os solos, que culminaram em paisagens urbanas e rurais degradadas por construções ao abandono, espera-se uma nova visão do urbanismo que não repita os erros do passado. O que a situação que se está a manifestar na Vila Alta vem elucidar é que o problema do urbanismo em Portugal não reside apenas na cedência à especulação imobiliária, mas também numa fobia que se manifesta nas entidades públicas pelos edifícios antigos, que as leva a promover o abandono dos núcleos urbanos consolidados, e a agravar um problema que têm por função resolver.

A necessidade de requalificação do Posto da GNR na Vila Alta não deve ser encarada como um problema mas como uma oportunidade. Se o edifício necessita de ser reabilitado, que se façam as obras, e se houver necessidade de fazer aquartelamento, tanto melhor, pois o que não falta nas imediações do Posto de Alenquer são edifícios devolutos à espera de reabilitação.

Abandonar o que existe, sem um projecto alternativo de ocupação, para construir novo, só agrava os problemas. Esta deve ser encarada como uma excelente oportunidade de aproveitar o Plano de Reabilitação para a Vila Alta que o município anunciou. Não basta sugerir aos privados que

reabilitem edifícios, enquanto se deslocalizam serviços públicos para longe daqui. As entidades públicas devem dar o exemplo.

Alenquer, 15 de Agosto de 2015

A Direção da Alambi

